

REFLEXÕES SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS EFETIVADAS POR MEIO DA POLÍTICA DE COTAS (RACIAIS E/OU SOCIAIS) EM CAMPINA GRANDE-PB

Juliana Nóbrega de Almeida (1); Francisco Kennedy Silva dos Santos (2)

Universidade Federal de Pernambuco julianageografia@hotmail.com

Universidade Federal de Pernambuco kennedyufpe@gmail.com

RESUMO

A intenção desse estudo é contribuir com o debate que busca refletir sobre os contextos das ações afirmativas por meio da efetivação das políticas de cotas (raciais e/ou sociais), em Campina Grande-PB, cidade do interior Nordeste, conhecida por concentrar três importantes Institutos de Educação Superior (UEPB, UFCG, IFPB). A presença dos Institutos de Ensino Superior, os IES, contribuem de maneira significativa na promoção da educação, ciência e cidadania, para a formação superior dos discentes das mais diversas localidades do Brasil e do mundo, e no caso específico, para os paraibanos. A política de cotas é uma das formas de inserção dos discentes oriundos da escola pública junto aos IES. Esta é uma ação afirmativa que busca oportunizar o acesso dos discentes menos abastados a obtenção de uma formação superior. Assim, é relevante conhecer de que forma as cotas (raciais e/ou sociais) estão aumentando as chances qualitativas de construir educação e cidadania para os habitantes da periferia, inserindo-os nos espaços educacionais em Campina Grande – PB. Esses sujeitos são visualizados por meio das ações afirmativas, haja vista que alguns direitos sociais e educacionais são “garantidos” para os alunos das escolas públicas. Um desses direitos foi conquistado por meio do sistema de cotas. Para entendimento dos objetivos e consequente obtenção dos resultados, a pesquisa adota uma abordagem teórico-metodológica de natureza qualitativa do tipo exploratória - explicativa. Nesta direção, trazemos como pertinentes as seguintes questões: o sistema de cotas é uma forma de amenizar a distância dos moradores das camadas populares aos espaços educacionais? Em relação ao Ensino Superior, o sistema de cotas se apresenta como o mais adequado para efetivar políticas educacionais e ações afirmativas? O que representam as políticas de cotas (raciais e/ou sociais) para os estudantes? Essas e outras questões são apontadas nessa pesquisa, desenvolvida pelo PPGEU/UFPE em nível de doutorado.

Palavras chave: Educação, Ações Afirmativas, Política de cotas.

1 INTRODUÇÃO

As políticas educacionais possuem um caráter social e dinâmico, pois existe uma diversidade de sujeitos que são destituídos dos direitos educacionais, inclusive para terem acesso à educação superior, principalmente no que diz respeito aos alunos de baixa renda, sendo eles, representantes das minorias sociais e raciais, que por muito tempo estiveram excluídos desse debate.

Nessa perspectiva, para reduzir a desigualdade de acesso à educação superior as políticas educacionais, consideram como um dos seus principais foco de expressão a diminuição dos contrastes educacionais por meio das ações afirmativas. Por isso, a política de cotas (raciais e/ou sociais) tem intenção de proporcionar o acesso à educação superior e a qualificação para as populações oriundas da escola pública.

Dessa maneira, o sistema de cotas sociais e raciais é uma forma de ingresso dos discentes aos IES, “é antes tudo, um desdobramento do reconhecimento por parte do Estado das medidas de ações afirmativas. Tais políticas, adotadas pelas universidades como procedimentos de admissão em seus cursos”. (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

Este é um desafio para pensarmos no sistema de cotas (raciais e/ou sociais) como alternativa para a democratização do acesso à educação superior brasileira, já que muitos brasileiros pertencentes às classes menos abastadas estiveram excluídos de usufruírem desses espaços educacionais. Nesse sentido, as ações afirmativas buscam igualdade de oportunidades, incluindo mais e excluindo menos. Assim sendo, a política de cotas (raciais e/ou sociais) objetiva oportunizar a inserção dos grupos marginalizados seja pela condição social ou racial junto ao ensino superior.

Refletir sobre as ações afirmativas junto aos contextos das políticas educacionais requer um esforço no sentido de conhecer como elas estão sendo efetivadas e quais as relações constituídas junto à educação brasileira, a partir da inserção dos alunos da rede pública de ensino aos Institutos de Educação Superior (IES), sobretudo para os jovens da periferia de uma cidade média, localizada no interior nordestino. Com base nessas afirmações, o objetivo desse estudo é investigar o acesso ao ensino superior dos jovens da rede pública de ensino por meio da efetivação do sistema de cotas (raciais e/ou sociais) como ação afirmativa em Campina Grande-PB.

2 METODOLOGIA

Devido à complexidade do objeto, optou-se por uma abordagem do tipo qualitativa, incorporando em seu fazer, o sujeito e sua subjetividade, valorizando a construção peculiar das práticas cotidianas, que passam a ser vistas, não por seus produtos palpáveis, objetivados, quantitativos, mas pelo processo significativo de sua construção, onde se incorporam as representações, os significados e o sentido existencial elaborada (LAKATOS & MARCONI, 1991; MINAYO, 2010).

No que diz respeito aos objetivos da pesquisa, esta permeia pelo campo da modalidade exploratória e explicativa. Exploratória quando sua finalidade venha a desenvolver conceito visto a formulação do problema. Conforme Gil (1999) e Vergara (2010), a pesquisa exploratória é realizada em área onde não existe um acúmulo do conhecimento sistematizado e sua abordagem poderá gerar hipóteses durante o decorrer da pesquisa, possibilitando a ampliação da área de conhecimento. Quanto aos procedimentos técnicos será utilizada uma combinação e inter-relação de técnicas como as bibliográficas, as documentais, de levantamento e de estudo de caso.

Dencker (1998, p.154) define o levantamento como uma forma de coleta de dados com critérios pré-estabelecidos e conclusões projetadas para o universo. O estudo de caso enquanto tipologia técnica de pesquisa é apresentado por Gil (1999) e Vergara (2010) como mecanismo de ação mútua entre unidades não simétricas, mas que compõem um conjunto indissociável de informações, podendo ser realizado em diversos ambientes, sendo caracterizado por um estudo exaustivo. Yin (2005) acrescenta que um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real.

Durante a fase de campo realizamos a aplicação de questionários e a coleta direta a partir de entrevistas semi-estruturadas, tendo como sujeitos um grupo representativo de cada instituição, conforme critérios estabelecidos a partir da fase de categorização: UFCG, UEPB e IFPB. Para a escolha da amostra, foram levados em consideração os aspectos socioculturais e econômicos dos alunos habitantes da periferia de Campina Grande.

Dessa maneira, aplicamos um questionário no mês de fevereiro de 2017, com alguns alunos que estão inseridos na UEPB por meio do sistema de cotas, nos cursos de Geografia, Farmácia, Odontologia e Administração e Ciência da Computação, para conhecermos qual o ponto de vista dos cotistas sobre essa política. Utilizamos para apreciação do questionário a análise de conteúdo de Bardin (2011, p.50) o qual destaca ser esta análise “a procura em conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, pois a análise do conteúdo é a busca de outras realidades por meio de mensagens”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na construção das políticas educacionais junto às ações afirmativas é importante ressaltar que os principais avanços do sistema de cotas ocorreram no ano de 2012, a partir da criação da Lei 12.711, de 29 de agosto, na qual a política de cotas assume um papel mais abrangente, juntamente com o Decreto 7.284 e a portaria normativa, que visa garantir 50% das matrículas por curso para os alunos oriundos integralmente do ensino médio público. (BRASIL, 2012).

Para Feres Júnior (2005), as políticas afirmativas vão para além das mudanças objetivas, propiciando mudanças subjetivas nos sujeitos, induzindo transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, consubstanciando uma variação no imaginário coletivo, que passa a deslegitimar a ideia de subordinação e a valorizar a igualdade efetiva entre os variados grupos sociais.

Assim, para se efetivar as ações afirmativas junto às políticas educacionais é necessária a construção de uma práxis que tenha suas raízes consolidada num debate que busque ampliar as reflexões deste tema nos múltiplos espaços educacionais (universidades e escolas) e da sociedade como um todo.

Dessa maneira, as políticas educacionais, consideram como um dos seus principais focos de expressão a redução dos contrastes educacionais e a não reprodução de desigualdades socioeducacionais, por meio das ações afirmativas, tendo como intenção proporcionar educação e qualificação, levando esses sujeitos a lutarem por justiça e cidadania, elementos esses que lhes ajudarão a alcançar o direito de conquistarem o ensino superior, além de os inserirem no mundo do trabalho com uma maior qualificação, por consequentemente adquirirem um saber que lhes foi negado por muito tempo, devido a sua condição econômica, bem como, a falta de igualdade de oportunidade.

As políticas de ação afirmativa são justificadas a partir de três argumentos principais: 1) reparação – a garantia de um direito especial, baseada nas injustiças e discriminações do passado; 2) justiça distributiva – promoção das oportunidades igualitárias baseada na constatação das desigualdades do presente; e 3) diversidade – a raça enquanto elemento de seleção e admissão nas universidades (FERES JÚNIOR, 2005).

As ações afirmativas junto a esses sujeitos proporcionam a conquista do direito educacional “negado”, haja vista que suas origens estão enraizadas na organização sociopolítica e territorial do país, o que tem alimentado um dos maiores problemas da sociedade brasileira: a desigualdade social e econômica, que mutila o direito educacional das classes sociais subalternas e exploradas pelo capital.

Nessa linha de pensamento, Mészáros (2012) reflete que:

No reino do capital a educação ela mesma é uma mercadoria. Daí a crise no sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes dos orçamentos público. Instaurando o universo neoliberal em que “tudo se vende, tudo se compra”, tudo tem preço, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais a sua lógica de consumo e de lucro.

Refletindo sobre o posicionamento de Mészáros (op. cit.) acerca da transformação educacional em mercadoria, quando comparamos a educação escolar ofertada para os alunos oriundos das escolas públicas em relação aos alunos da escola privada, existe, assim, uma grande disparidade entre os sujeitos escolares desses espaços.

Logo, essa disputa ocasiona que muitas das vagas nas universidades passam a ser transformadas em um quinhão mercantil, em uma época em que colégios privados rivalizam entre si, disputando cada lugar nas cadeiras acadêmicas. Enfim, tudo isso revela que a aprovação de seus alunos é um mero recurso publicitário, pois, além de destituir a real função social da universidade, contribui para a transformação das instituições de ensino superior em meros objetos de desejo e status. (CATÃO; FARIAS, ARAÚJO 2013).

Essa situação aumenta o enfraquecimento da educação pública paralela ao crescente sistema privado. Dessa maneira, é provocado um grave problema: a negação de uma educação, sobretudo a superior para brasileiros da classe trabalhadora. Isso provoca uma situação de contrastes sem precedentes, pois a educação em muitos casos é tratada como mercadoria e representa um instrumento de poder.

Em relação aos resultados da pesquisa, os dados coletados destacaram que as questões levantadas sobre a política de cotas (raciais e/ou sociais) apresentam aspectos relevantes de serem discutidas. Questionamos se essa política é uma das formas de amenizar a real distância dos moradores das camadas populares das escolas públicas a terem acesso aos espaços educacionais. Segundo os discentes:

Acredito que sim, essa é uma forma significativa das pessoas pertencentes às classes mais baixas conseguirem entrar nas universidades. (Aluno do curso de Geografia, UEPB).

O sistema de cotas contribui para que os alunos possam ingressar na faculdade, no entanto se a educação pública tivesse a mesma qualidade do ensino privado não seria necessário ter cotas, pois haveria conhecimento igualitário independente de raça ou condições financeiras. (Aluno do curso de Administração, UEPB).

Sim! Sob a atual situação educacional das escolas públicas, as cotas foram uma das principais conquistas do século junto a educação. Foi o momento em que ficou notório que igualdade não significa justiça. (Aluno do curso de Ciências da Computação, UEPB).

É uma forma de tentar nivelar a carga de cobrança intelectual de um aluno de escola pública com o aluno de uma escola particular (para ingresso no ensino superior), onde os mesmos são submetidos a mesma forma de avaliação por meio do ENEM. (Aluno do curso de Odontologia, UEPB).

Sim, as desigualdades de ensino são alarmantes, é notório que os estudantes do ensino público não têm uma preparação escolar para competir com estudantes do ensino particular, que são diariamente treinados para terem acesso à universidade, enquanto os alunos de escola pública devem se desdobrar para estudarem e dar conta de problemas financeiros. (Aluno do curso de Farmácia, UEPB).

Em relação a essa questão, podemos entender que os sujeitos da pesquisa concordam que o sistema de cotas é uma das formas de amenizar a real distância dos alunos das escolas públicas a terem acesso à universidade, porém é importante ressaltar que não é apenas o acesso que deve ser proporcionado ao aluno cotista, mas a sua permanência na universidade, pois muitos alunos beneficiados com políticas educacionais necessitam trabalhar para poder custear as despesas com seus estudos, o que de certa forma reduz as suas oportunidades de ingressar em grupos de estudos, projetos de extensão, projetos de iniciação científica e outras atividades acadêmicas.

Os discentes destacaram também que a política de cotas existem devido às fragilidades do ensino da escola pública, sendo extremamente importante melhorar a qualidade da educação pública, proporcionando assim, para os alunos uma melhor formação básica escolar. Dessa maneira, as cotas representam, nas perspectivas dos sujeitos, uma conquista para os alunos de menor poder aquisitivo, caracterizada por ser uma luta pela igualdade do direito de se educar.

Catão; Farias e Araújo (2013) enfatizam que ações afirmativas e política de cotas de inclusão na Universidade Estadual da Paraíba favoreceram:

O pluralismo acadêmico, muito embora a construção de uma sociedade plural seja prevista no próprio preâmbulo da Constituição que, apesar de não ter função normativa, apresenta inegável função hermenêutica –as universidades ainda

são sonho distante para diversos setores da sociedade, historicamente excluídas da academia.

Perguntamos aos discentes que aspectos dificultam o acesso dos jovens da periferia vindos das escolas públicas de Campina Grande a ingressar nos IES.

O ensino das escolas públicas não dá o suporte necessário para os estudantes ingressarem nas universidades. (Aluno do curso de Geografia, UEPB).

O contexto socioeconômico é difícil e desigual para os jovens das áreas periféricas, além de vivermos infelizmente lado a lado com a criminalidade, nossas escolas são as mais sucateadas, pois a educação é de baixa qualidade devido à problemática da violência, pois muitos professores não querem trabalhar em lugares perigosos. (Aluno do curso de Administração, UEPB).

Muitas vezes não temos oportunidade de estudar de maneira mais densa, pois a partir do momento em que um jovem se ver sufocado e obrigado a trabalhar para ajudar em casa, observamos que a meritocracia é conotativa. (Aluno do curso de Ciência da Computação, UEPB).

Primeiramente, o que dificulta muitas das vezes é a falta de interesse do jovem e a falta de incentivo. Existe um déficit da escola seja pela estrutura física, pela disciplina ou até mesmo pelo professor. Existe uma desmotivação, uma acomodação que é imposta pelo próprio meio, destacando que ter o ensino médio é suficiente para um jovem conseguir um emprego e se tornar assalariado e assim sobreviver. (Aluno do curso de Farmácia, UEPB).

São vários determinantes, mas o principal é a falta de apoio e a necessidade de ingressar no mercado de trabalho assim que se tem o ensino médio concluído, onde muitos jovens recebem um salário baixo e por não terem nenhuma expectativa, acabam se conformando e não buscam uma graduação que possa lhe render melhores salários. (Aluno do curso de Odontologia, UEPB).

Em relação a essa questão, os sujeitos da pesquisa elencaram vários aspectos que dificultam o acesso dos jovens da periferia vindos das escolas públicas de Campina Grande a ingressar nos Institutos de Educação Superior, dentre eles: as condições precárias do ensino escolar público, a falta de recursos didáticos, a distância entre escola-universidade e vice-versa.

Um problema relevante que também foi destacado pelos discentes é a necessidade de trabalhar para ajudarem na renda da familiar, mencionaram também que falta apoio da família, da própria escola, provocando uma desmotivação dos estudantes, pois para muitos jovens da periferia estudar em uma universidade é algo distante para as suas vidas.

Nesse sentido Lima (2014) destaca que, a ação afirmativa tem o objetivo de criar oportunidades iguais de modo proativo. A prática mais conhecida de ação afirmativa é o sistema de cotas, que consiste em "estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s)."

Pensando na forma de ingresso desses sujeitos por meio dessa ação afirmativa, questionamos sobre a sua opinião em relação ao ensino superior se o sistema de cotas é a maneira mais adequado para efetivar políticas educacionais? Os alunos destacaram que:

Acho que “adequado” não seria a palavra correta para descrever ou falar sobre o papel das cotas nas políticas educacionais, no momento, as cotas são a maneira mais eficaz encontrada para realizar uma compensação que tenta cobrir outros “buracos”/“falhas” na efetivação das práticas de ensino no país como um todo. (Aluno do curso de Odontologia)

Não! Estabelecer medidas de padronização do ensino público e privado, igualando os seus cronogramas educacionais e oferecendo as mesmas oportunidades de ascensão seria uma ótima forma de substituir o sistema de cotas. (Aluno do curso de Farmácia).

Não, o sistema de cotas já foi criado para tentar maquiagem o grande problema da educação pública brasileira, para demonstrar uma “igualdade” entre classes sociais diferentes, a transmitir ao aluno da rede pública que ele pode estar no mesmo local que o da rede privada, ele consegue, porém, no andar da graduação é nítido que os da rede privada tem uma facilidade enorme em cima do aluno rede pública no aprendizado e no desenrolar das atividades. (Aluno do curso de Geografia, UEPB).

O mais adequado não é, pois o correto seria uma melhora no ensino público para que os alunos da escola pública pudessem se igualar aos alunos das escolas particulares, mas como não é possível essa mudança em um curto prazo de tempo, o sistema de cota tem sido satisfatório para facilitar o ingresso no ensino superior de modo que alunos carentes conseguem pontuações relevantes e assim conquistam suas vagas. (Aluno do curso de Ciência da computação).

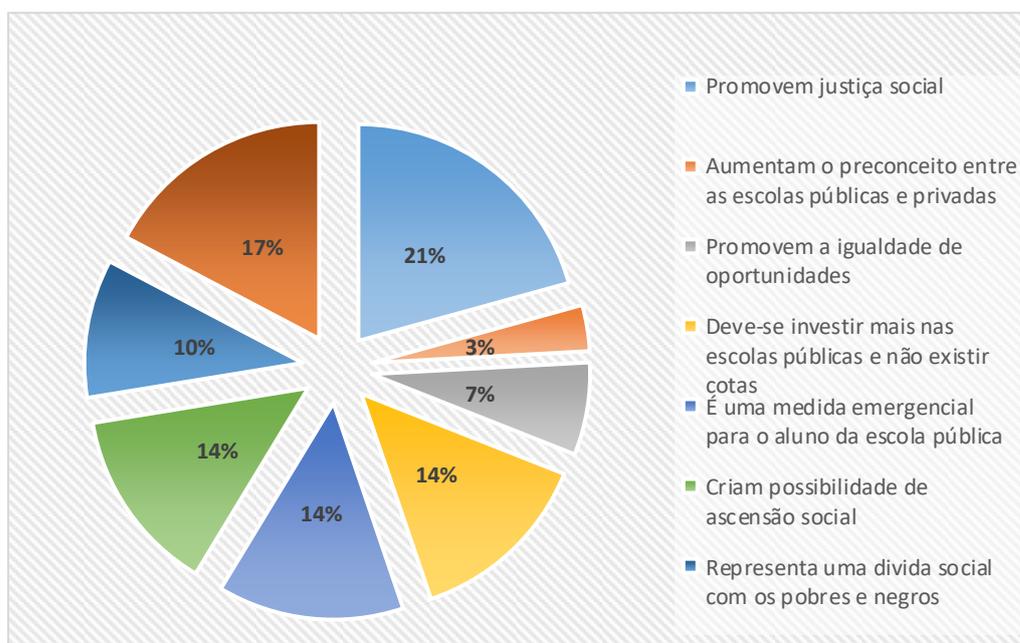
Ao perguntarmos se o sistema de cotas se apresenta como o mais adequado para efetivar políticas educacionais, os alunos de maneira unânime destacaram que essa não seria a forma “mais adequada” para que os alunos da escola pública tenham acesso à universidade. Essa questão é relevante e vale ressaltar que, mesmo muitos alunos cotistas concordarem com o sistema de cotas para terem acesso ao ensino superior, entendendo que esta é uma política pública que busca equilibrar as grandes desigualdades socioeducacionais vividas entre os alunos da rede pública e da rede privada do país, essa não seria a maneira mais adequada de se inserirem nos IES.

São necessárias mudanças qualitativas e urgentes na educação escolar básica, sendo imprescindíveis outras estratégias para que o aluno da escola pública não chegue aos IES sem fazer uma ponte entre escola/universidade, uma vez que, muitos sujeitos da pesquisa relataram que o déficit de conhecimento do Ensino Médio provoca grandes prejuízos, o que dificulta o acompanhamento algumas disciplinas na academia.

Destacaram também que professores dos IES não podem parar suas aulas para explicarem as lacunas deixadas no ensino médio, criando assim um abismo e até desmotivação por parte de alguns alunos e professores.

Os discentes foram questionados também sobre o que representam as políticas de cotas para os estudantes das universidades públicas. Diante dessa pergunta, um número expressivo de estudantes destacou que: Promovem justiça social 21%; Aumentam o preconceito entre as escolas públicas e privadas 3%; Promovem a igualdade de oportunidades 7%; Deve-se investir mais nas escolas públicas e não existir cotas 14%; É uma medida emergencial para o aluno da escola pública 14%; Criam possibilidade de ascensão social 14%; Representam uma dívida com a classe menos abastada e com os negros 10%; Permitem inclusão social e educacional 14%, como mostra o gráfico 01.

Gráfico 01: O que representam as políticas de cotas para os estudantes



FONTE: Pesquisa direta, 2017.

De acordo com Santos e Queiroz (2006b), as cotas têm alterado os significados na substituição do sistema de ingresso nas universidades públicas, pois antes, a noção de mérito prevalecia e era inquestionável, agora, outras variáveis são incorporadas como fatores importantes a serem considerados no momento de ingresso, como a cor ou raça, gênero, origem escolar ou mesmo residência.

A partir das respostas dos alunos, observamos que a política de cotas (raciais e/ou sociais) apresenta relevantes conquistas junto às ações afirmativas e sem dúvida por meio desse sistema a universidade pública passa a efetivar além da inclusão, a redução de uma dívida social com a classe trabalhadora, tendo em vista que as universidades abrem as suas portas e estão construindo um novo espaço de diálogo entre a história e a sociedade brasileira. As universidades com essa postura irão proporcionar não apenas a formação de profissionais qualificados, mas, especialmente irão promover justiça social, por que é também na universidade onde ocorrem as lutas por conquistas sociais e educacionais.

4 CONCLUSÃO

As ações afirmativas por meio das políticas de cotas (raciais e/ou sociais) é uma das formas de promover o acesso dos jovens oriundo das escolas públicas e pertencentes as camadas populares de se inserirem no mundo acadêmico. Como foi apresentado na pesquisa, essa política de inclusão é uma conquista ao direito educacional “negado”. Esta ação busca mostra-se como uma possibilidade para alcançarmos uma redução na desigualdade educacional, sobretudo no nível superior existente no Brasil.

O sistema de cotas (raciais e/ou sociais) é uma forma de amenizar a distância dos moradores das camadas populares aos espaços educacionais, no entanto o acesso desses sujeitos aos IES perpassa por um caminho que está sendo trilhado em uma atmosfera de polêmica e dualidade de opiniões, pois inserir esses sujeitos por meio das cotas (raciais e/ou sociais) nas universidades altera uma estrutura patriarcal, mergulhada numa visão elitista na qual a educação brasileira possui suas origens, sobretudo a educação superior.

Segundo Chauí (2017), a universidade não pode ser apenas um lugar que reflete sobre a luta de classes. Ela tem que compreender que é parte dessa disputa, seja pelo seu alunado, pela divisão entre seus professores, pelo papel das administrações e burocracias, que operam muitas vezes a favor da classe dominante. Somos parte da luta de classes e somos obrigados,

como instituição de ensino, a entender esse papel que desempenhamos na sociedade.

Em relação aos jovens estudantes da rede pública de ensino, a pesquisa aponta que estes sujeitos necessitam mais do que nunca de uma educação de qualidade que traga novas perspectivas de libertá-los e qualificá-los para um mundo do trabalho dinâmico e competitivo, proporcionando subsídios para vencerem as barreiras da exclusão social, do desemprego e da desumanização.

Mediante toda essa problemática, é notório que existe um trabalho educacional feito com muito esforço por muitos profissionais da escola básica pública, no entanto, são necessárias políticas que valorizem de maneira profunda a escola pública, seus professores, seu processo formativo em uma totalidade.

A política de cotas proporciona mudanças no perfil dos discentes das universidades brasileiras e em Campina Grande-PB não é diferente, tendo em vista que ela representa mudanças nas relações e comportamento das universidades com a sociedade, mudanças essas que promovem a construção de novos espaços de vivências, educação e cidadania, sendo este um bem advindo de uma conquista que trará mudanças positivas no cenário social, econômico e educacional brasileiro.

Em relação ao acesso dos alunos da rede pública de ensino ao Ensino Superior, segundo os sujeitos da pesquisa o sistema de cotas não é a forma mais adequada, porém enquanto a educação escolar publicar apresentar grandes fragilidades educacionais os sujeitos da pesquisa destacaram que as cotas (raciais e/ou sociais) é uma medida para efetivar políticas educacionais e ações afirmativas.

Portanto, com as ações afirmativas é possível estimular a inserção dos sujeitos que antes estavam fora dos bancos da academia, a construir uma nova identidade individual e coletiva, ou seja, novos territórios e espacialidades por meio da educação. Para tanto, a educação é um bem precioso e relevante para o sucesso individual e coletivo de uma nação, haja vista que qualquer projeto social ou de país, só ocorrerá por meio da educação que promova a construção de consciência crítica e cidadã.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL, **Lei de cotas**. Lei nº 12.711/2012. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>.

CATÃO, Marconi do Ó; FARIAS, Camilo de Lélis Diniz de; ARAÚJO, Gildércia Silva Guedes de; COSTA, Laysla Alencar de França. **Ações Afirmativas e Política de Cotas de inclusão na Universidade Estadual da Paraíba: Um Estudo de caso.** Revista Datavenia. Volume 5. n.1. 2013. Disponível em <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/article/view/3502-10399-1>>

CHAUÍ, Marilena Chauí. **Universidades devem entender que fazem parte da luta de classes.** Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ). 04 de Abril de 2017. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/04/marilena-chaui-universidades-devem-entender-que-fazem-parte-da-luta-de-classe/>>

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico.** Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em turismo: Planejamento, métodos e técnicas.** São Paulo: Futura, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

FERES JÚNIOR, João. **Aspectos normativos e legais das políticas de ação afirmativa.** In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas. (Orgs.). **Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** 2ªed. São Paulo: Editora Atlas. 1991.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes.** Rev. Bras. Educ. vol.19 no.56 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782014000100008>

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Jocélio Teles dos. **Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 717-737, out. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a05v2796>

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social.** São Paulo: Vozes, 2010.

VEGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

Agradecimento: A CAPES pelo apoio por meio da concessão de bolsa do doutorado.